

PANORAMA NACIONAL DE SEMENTES

Ney Bitencourt de Araújo

Como agrônomo e administrador, evitarei trazer-lhes estatísticas disponíveis e discutir os números; seria tentar ensinar o padre-nosso ao vigário. Evitarei detalhes técnicos e o “economês” – quando aparecer – será um acidente gerado pela forte influência que os senhores têm exercido em nossa linguagem cotidiana.

Tentarei trazer-lhes nossa ótica do problema, observando-o sobre um enfoque sistêmico. A idéia de um “enfoque sistêmico” é, ao mesmo tempo, muito popular e muito perigosa. É popular porque é moderno e dá boa impressão dizer que o sistema inteiro está sob consideração; perigosa porque aumenta o risco de se dizer coisas insensatas e é grande o mal que pode ser criado sob o disfarce de servir o todo.

Entretanto, não vejo senso em discutir o sistema de sementes melhoradas sem considerá-lo como subsistema do sistema de insumo moderno. E mesmo o último perde o significado se não participar do sistema agrícola como um todo. E mesmo o sistema agrícola, e seu processo de desenvolvimento, participa deste sistema maior que é a economia nacional.

Assim, aproveitarei a rara oportunidade de convívio com os economistas rurais brasileiros para transmitir-lhes algumas de nossas preocupações sobre agricultura brasileira que, entendo, estão diretamente ligadas às preocupações dos senhores. E transmitir – a uma área de análise – problemas de síntese.

Ao organizarmos nossas idéias sobre o sistema agrícola brasileiro, primeiro nos vem à consideração, os objetivos totais do sistema. Podemos adiantar que esperamos de tal sistema um aumento de oferta de alimentos e matérias-primas a preços mais baixos atendendo a demanda interna e gerando exportações; uma elevação da renda do setor, de modo a transformá-la em mercado importante dos bens e serviços não-agrícolas; um aumento no número de empregos e a possibilidade de acesso à terra; uma melhoria na distribuição de rendas do setor e garantia de condições satisfatórias de vida familiar e social aos agricultores. Entretanto, do ponto-de-vista do enfoque sistêmico, os objetivos de um sistema são importantes desde que sirvam de medida de rendimento do sistema, isto é, são reais e mensuráveis e o sistema é capaz de, conscientemente, sacrificar outras finalidades com o fim de atingir os seus objetivos.

Os objetivos do sistema agrícola brasileiro ou são apenas “proclamados” e não reais, ou são vagos demais para que possamos usá-los como elementos de aferição do rendimento do sistema. Ou, por outro lado, são exatos e definidos, mas locais e particulares, não abrangendo o sistema como um todo. Surge nosso primeiro impasse: quando mais vaga nossa medida de rendimento do sistema, menor o número de conseqüências importantes das atividades do sistema são conhecidas, por conseguinte, menor a possibilidade de sua reorientação adequada. Por exemplo:

As estimativas indicam a necessidade de um crescimento da oferta de produtos agrícolas em torno de 8% ao ano para que possamos aproveitar as oportunidades que se abrem no mercado interno, abastecer adequadamente o País e manter

o crescimento de nosso PNB. Aceitando-se como válido que a expansão da nossa fronteira agrícola contribui com um aumento de 4% (observado no período de pós-guerra), restaria outro tanto a ser suprido pela modernização da agricultura. Entretanto, os índices agregados de produtividade mascaram os fatos importantes, uma vez que a agricultura apresenta, simultaneamente, características de comercializada, de transição, de fronteira e de subsistência. Para dar uma medida do fosso tecnológico entre os extremos, informaria que o uso de sementes melhoradas em soja (cultura típicamente comercializada) em 1973, era de 94%, enquanto o feijão (típicamente de subsistência), era de 1,5%, segundo os dados recolhidos pela Associação Brasileira de Produtores de Sementes. Os meus outros companheiros da área de insumos modernos podem confirmar que o mesmo fenômeno ocorre em suas áreas.

Assim, nossa primeira preocupação a ser entregue aos economistas rurais brasileiros é a necessidade de uma análise acurada dos objetivos "reais" da agricultura brasileira e uma melhor instrumental de avaliação do seu sistema.

Prosseguindo dentro da metodologia estabelecida e, pressupondo que algum sucesso tenha sido obtido ou venha se obter na determinação do objetivo (medida do rendimento do sistema) o aspecto a ser considerado a seguir é o ambiente. Chamo de "ambiente do sistema" aquilo que se encontra fora do sistema. É tudo aquilo que afeta o sistema, mas não pode ser modificado por ele; o clima, o solo, a existência suficiente ou não de petróleo e fosfatos, preços internos e externos, etc. Há que se estar atento para que objetivos não sejam determinados baseados em modificação do ambiente mas, mais atentos ainda, para que o sistema não fracasse simplesmente porque se decide que determinados aspectos pertinentes ao sistema a ele não pertencem. E, vamos convir, ambos os erros têm sido cometidos com a nossa agricultura.

Transmito-lhes, pois, nossa segunda preocupação: o conhecimento do ambiente, que é a lista dos requisitos para o funcionamento do sistema.

Passamos, a seguir, à consideração dos recursos do sistema. Os meios de que se dispõe para que o sistema atinja seus objetivos. Geralmente simplificados em terra, capital, trabalho e técnica. Nossos comentários pretende ater-se ao uso balanceado dos recursos, ao invés de discutí-los individualmente.

É de certo modo aceito de que se dispõe de técnicas modernas adequadas à modernização da agricultura. Entretanto, nenhum estudo de profundidade foi feito para comprovar se tal assertiva é verdadeira em quaisquer situações de tamanho de propriedade, de nível de renda e às diferentes explorações.

A dualidade tecnológica é uma característica da agricultura brasileira. O que Ruy Miller Paiva chamou de "mecanismo de auto-controle da expansão de técnicas modernas". O estabelecimento de um "grau adequado de modernização" de acordo com a expansão do mercado urbano reflete um balanceamento do preço dos fatores modernos e dos tradicionais e do preço do produto final. Assim, não basta o diferencial de produtividade entre a técnica tradicional e moderna para que haja adoção da técnica moderna: o diferencial de lucratividade é essencial, dentro das condições do ambiente.

Assim, consideramos que as condições e estrutura do mercado são variáveis tão importantes quanto os demais recursos disponíveis na composição do ótimo em eficiência do sistema. Em síntese, as técnicas modernas devem ser analisadas

do ponto de vista econômico, levando-se em consideração a expansão do mercado e sua influência no mecanismo do sistema. Técnicas modernas quando introduzidas sem a consideração do mecanismo do mercado e de comportamento de preços podem esclerosar o sistema e aumentar sua resistência futura à adoção destas mesmas práticas, mesmo em condições favoráveis. Isto é muito mais importante nas culturas tradicionais e na agropecuária, uma vez que as chamadas "culturas modernas" (agricultura comercializada), em que a soja é o melhor exemplo, já trouxeram como condicional intrínseca o "package" da moderna tecnologia.

Desta forma, passo-lhes minha terceira preocupação: a pobreza de estudos e análises econômicas que comparem o diferencial de produtividade pelo uso de técnica moderna e o diferencial de lucro que tais práticas venham a promover, bem como a consideração do aumento do risco (pelo aumento do investimento) que a agricultura moderna oferece sobre a tradicional, quando os fatores do ambiente não se comportam dentro das expectativas.

Os componentes do sistema são o quarto ponto da lista do nosso enfoque sistêmico.

Lembram-se quando mencionei anteriormente que os objetivos do sistema são importantes desde que sirvam de medidas do rendimento do sistema. Da mesma forma, a finalidade última do pensamento com relação aos componentes — cujos elementos comentarei a seguir — é descobrir componentes cujas medidas de rendimento são verdadeiramente relacionadas com a medida do rendimento do sistema global. Uma aspiração natural seria a de que a medida que o rendimento de um componente aumenta (mantendo-se invariável todo o resto), deveria também aumentar a medida do rendimento do sistema. Do contrário, não há contribuição do componente para o rendimento do sistema.

Em resumo, os componentes do sistema agrícola deveriam oferecer medidas de avaliação compatíveis com as medidas que avaliam o próprio sistema. Desta forma, deveríamos nos afastar das formas tradicionais e ortodoxas de divisão de responsabilidades na agricultura "departamentalizada" em pesquisa, fomento, extensão, comercialização, etc. Tal divisão tornaria impossível avaliar o valor de uma atividade para o sistema total, enquanto não existe maneira exequível de avaliar, dentro do enfoque sistêmico, o valor do rendimento de um setor para o sistema global.

Desta forma, os componentes do sistema só poderiam ser analisados se reduzidos às básicas "missões" ou "tarefas" ou "atividades", rótulos todos estes usados para descrever a mesma coisa: a decomposição racional das tarefas que o sistema deve executar, de uma forma mensurável, e compatível com as medidas de rendimento estabelecidas pelos objetivos do sistema. Somente assim poderia se obter, realmente, um mecanismo de "feed-back".

A nova organização da EMBRAPA, concentrando tecnologia e metodologia científica em Centros Nacionais por produto e definindo as prioridades de pesquisa setorialmente de acordo com órgãos regionais independentes, é exemplo de concepção "sistemática" de pesquisa. Entretanto, tal tarefa não é fácil, uma vez que exige coordenação regional e missões "interdisciplinares" quando relacionadas com o sistema global. E aí, talvez, resida o maior problema: uma concepção sistemática envolve a necessidade da participação de vários "departa-

mentos” heterogêneos no cumprimento da “missão”. Exige que o problema seja enfocado do ponto-de-vista do sistema global e não do pesquisador, do economista, do sociólogo, do extensionista, do produtor de insumos, do engenheiro, do programador, do analista, ou de todas as outras áreas que atuam no sistema agrícola. Infelizmente, por razões históricas, não tem havido uma correta análise sistemática do sistema total em função dos componentes reais: a Federação e os Governos Estaduais são divididos em departamentos e divisões que em geral, não tem importância para os verdadeiros componentes do sistema. Responsabilidades rigidamente fixadas por lei geram uma “esclerose” das artérias de comunicação e os objetivos globais do sistema se diluem em objetivos departamentalizados, em geral políticos.

Acabo de enunciar nossa quarta preocupação: não serão os economistas, os pesquisadores, os produtores de insumos, os extensionistas, os cientistas ou os agricultores que resolverão o problema agrícola brasileiro. Há que se organizá-lo, dentro das prioridades determinadas pelos objetivos globais do sistema agrícola, e definir suas responsabilidades dentro de missões interdisciplinares. Missões que disponham de elementos de avaliação compatíveis com a avaliação do próprio sistema.

Tudo isto nos leva ao último aspecto do sistema: sua administração. A administração de um sistema trata da criação de planos para o sistema, isto é considera e pondera tudo aquilo que anteriormente comentamos: os objetivos do sistema (e suas medidas de rendimento), o ambiente, a utilização ótima de recursos e os componentes. A administração determina as finalidades dos componentes, procede à alocação de recursos e controla o rendimento do sistema.

Tal administração exige, além de liderança e poder, duas características nitidamente políticas, capacitação profissional em administração que, infelizmente, não tem preocupado ao sistema. Estamos lutando para aumentar o nosso número de especialistas sem preparar número suficiente de “generalistas” que sirvam como comunicantes no aumento de eficiência das especialidades. Gera a situação de amadores coordenando profissionais. Tal fenômeno determina deficiência de comunicação e conseqüente perda de respeito pelo comando. Desta forma, ninguém puxa a corda para o mesmo lado – o objetivo global do sistema e se emperra o processo.

Assim, deixo-lhes nossa última preocupação: a preparação de administradores profissionais que atuem na coordenação do sistema e que tenham por responsabilidade específica o balanceamento dos recursos e homogeneização dos componentes.

Desculpem-me se não falei de sementes melhoradas. Considerei que o auditório reconhece o papel deste insumo moderno. Os dados estatísticos existentes, seus problemas e suas conquistas são conhecidos da maioria, ou disponíveis aos interessados. Trouxe-lhes nosso maior problema, o limitante do nosso crescimento que é o desequilíbrio do sistema agrícola. Junto com isto nossa opinião, sem pretensões maiores que oferecer mais um ponto-de-vista sob um ângulo pouco explorado.

Reconhecemos que os economistas rurais, junto com a ainda pequena, porém capaz, classe dos sociólogos rurais, deverão representar um papel cada vez

mais significativo no sistema agrícola brasileiro e no seu processo de desenvolvimento. Principalmente porque, otimistas, aguardamos para o futuro uma "era sistêmica", quando poderemos, afinal, sermos capazes de compreender os sistemas que criamos e nos quais vivemos.